

O tempo do espaço e os espaços do tempo: a construção historiográfica do território brasileiro no século XIX

Time of space and spaces of time: historiographic construction of the Brazilian territory in the 19th century

Renato Amado Peixoto*

Resumo

A história das fronteiras brasileiras foi definida no século XIX através de uma construção historiográfica que decorreu do processo de centralização do Estado. Nesse processo se desenvolveu uma narrativa territorial de continuidade e unidade que privilegiou o centro em detrimento da região.

Palavras-chave: Historiografia, História do Brasil, Cartografia.

A História das fronteiras brasileiras geralmente se confunde com a idéia do espaço¹ nacional numa narrativa da unidade e da continuidade tanto territorial quanto espacial do antigo Estado português na América. Nesse sentido, o Brasil tem sido entendido como uma sobrevivência do passado, tornada possível pela invenção entre nós de uma nacionalidade através do culto das tradições, uma nação pacífica e liberal para a qual não restou outro recurso senão valer-se do arbitramento para solução de seus limites.

Nesta narrativa, durante o século XIX e o início do século XX, o Brasil, um país satisfeito e cioso do seu legado territorial, dirigiria seus esforços para a consolidação das fronteiras através da ação do direito. Este país não procurou obter vantagens próprias ao invocar o princípio do '*Uti Possidetis*': o Brasil jamais foi um país imperialista; nunca usou ou abusou de sua força nem de sua população mais numerosa para impor aos países vizinhos limites preestabelecidos. Portanto, sucessão e legiti-

* Doutorando em História pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Prof. de História das Relações internacionais da UniverCidade. Rio de Janeiro.

midade estão associadas numa narrativa histórica que enfatiza a fixidez temporal e espacial dos limites, interpretando o estabelecimento jurídico das fronteiras como um registro da posse do território.

Entretanto, a construção do espaço nacional brasileiro e de seus limites, bem como a noção do que estes pudessem ser, fez parte das escolhas políticas do Estado e das lutas de representações que se desenvolveram neste: a fronteira é uma marca do espaço, este não impõe uma fronteira. No caso brasileiro, os limites e o espaço não se consolidam nem mesmo se normatizam no século XVIII, nem mesmo durante o século XIX depois das transformações operadas no Estado nas décadas de 1830-1840 e das iniciativas desencadeadas na política externa durante os dez anos seguintes: podemos dizer que os limites e o espaço foram a um só tempo mutáveis, fluidos e imaginados.

No século XIX a indeterminação ou a incerteza descreveria melhor a construção do espaço que a legitimidade ou a continuidade: a hipotética transmissão da soberania portuguesa sobre limites acordados numa coleção de tratados, os quais teriam sido conquistados no século XVIII graças ao gênio de Alexandre de Gusmão e consolidados no século XX com a presença mitológica do Barão do Rio Branco, foi, na realidade, uma herança não de dois, mas de muitos outros homens.

O espaço brasileiro, na realidade, apenas se esboça na antiga fronteira militar portuguesa, apoiada sobre praças fortes isoladas em um território desconhecido e distantes, muitas vezes, mais de noventa dias de sua base. Essa estrutura, as fortificações e suas guarnições, bem como as poucas atividades correlatas de exploração e mapeamento, puderam ser mantidas, a muito custo, durante o período de maior pujança do Estado português no século XVIII, entrando depois em decadência e abandono.

O forte [de São Gabriel] que foi construído em 1763 por ordem do Capitão-General do Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro, acha-se hoje em ruínas; com suas peças desmontadas, sua cortina arrasada, seus salientes desmoronados e seus antigos edifícios em um montão de pedras. [...] As paredes são de pedra e barro simplesmente. Já não existem mais senão os vestígios do antigo Quartel, dos armazéns para material e guarda de pólvora.²

Entretanto, a fronteira militar portuguesa não possuía como objetivo principal a imobilidade e a fixidez da fronteira, mas era uma imposição do condicionalismo geográfico aliada às estratégias do Estado: procurava-se interditar o movimento nas vias de comunicação conhecidas e obstacularizar esforços contrários, mas sempre deixando em aberto a possibilidade de deslocamento e infiltração a partir de suas posições.

[A fundação] dos presídios de Albuquerque e Coimbra na margem ocidental do Paraguai, procurou chamar a si a navegação exclusiva desse rio, e interceptar a comunicação interior das províncias espanholas com o Peru pelo caminho de Chiquitos.³

O limite português tinha por princípios a idéia da organização de esforços avançados, em ligação aos objetivos do representante do Estado ultramarino e não só do representante do Estado português na América: as idéias da descentralização regional e de uma unidade apenas desenhada incluem-se na estrutura da fronteira militar portuguesa, que delimitaria escalas ou modelos diferenciados de espaço, fruto de uma estratégia que procurava propiciar um melhor deslocamento de tropas e, privilegiar em alguns casos a união do esforço militar e civil onde o chefe das tropas exercia um papel central. Tome-se, por exemplo, a questão do soldo: os praças que serviam nas guarnições avançadas eram arregimentados por um período determinado, geralmente um ano, e quando de seu término, recebiam o soldo em espécie, de uma só vez. Isto significava que o Estado, ou seu representante necessitava desembolsar grandes quantias de uma só vez e ao mesmo tempo manter o fluxo das remessas de recursos humanos, com seus encargos de arregimentação, fardamento, instrução, logística e reposição. Portanto, a fronteira militar portuguesa associa-se conceitualmente à antiga idéia da 'Marca': distância, separação e afastamento ligados à introdução e operação num território hostil e estrangeiro, porém contíguo, onde a guerra era uma possibilidade permanente. A presença portuguesa constituía-se, de fato, no limite móvel de um teatro de operações, com posições que podiam variar em função de escolhas ou circunstâncias e assim asseguravam uma frente local e flutuante no espaço que não objetivava necessariamente uma fronteira fixa, precisa e contínua.

Este é o estímulo que também perpassa a execução e demarcação do conjunto de tratados oitocentistas entre Portugal e Espanha e que pode ser discernido nas suas diferentes premissas: primeiramente, a troca de posições em todo sistema colonial e não somente no continente americano norteava o andamento e a conclusão das negociações, por exemplo, no Tratado de Madri (1750), anulado pelo Tratado do Pardo (1761), o reconhecimento da soberania portuguesa sobre o Maranhão, o Mato Grosso e o Amazonas se deu através da troca pelas Filipinas, Colônia do Sacramento e territórios adjacentes na margem do Prata, mais a aldeia de São Cristóvão e o seu entorno, a área entre os rios Japurá e Iça na confluência do rio Amazonas. Já em 1777, no Tratado de Santo Ildefonso, objetivou-se a cessão das ilhas de Fernando Pó, Ano Bom e, novamente, da Colônia do Sacramento pelo território que hoje constitui parte dos atuais estados brasileiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em segundo lugar, o segredo geográfico e a intenção do erro cartográfico influíram decisivamente nas negociações e contribuíram para tornar as demarcações advindas dos tratados entre Espanha e Portugal praticamente impossíveis. Em vários casos, as Comissões Demarcatórias evitaram se encontrar e muitas vezes discordaram abertamente quanto à origem e natureza dos acidentes geográficos que poderiam servir de base aos limites: estes eram muitas vezes grafados diferentemente ou com sua localização real no espaço propositadamente alterada para que cada uma das partes pudesse auferir um melhor resultado sobre a outra. Por exemplo, os mapas espanhóis deslocavam para Oeste as costas de Pernambuco e São Vicente, e para Leste às do Chile, aumentando assim o seu ganho global em relação ao Tratado de Tordesilhas.

Portanto, especificamente, o esforço português se orientava no sentido de alcançar posições, as quais lhe possibilitassem novamente avançar, reconhecer e ocultar o que fosse possível: o princípio da fronteira militar portuguesa constitui-se através do posicionamento estratégico, cujos fins o inserem num espaço descontínuo e sem rigidez, em última análise, granular e fluido.

Também a exploração daquilo que, desde o século XV convencionou-se chamar, ainda na África, de "Sertões", pode ser entendida no conjunto dos esforços portugueses, pois visava, entre outros objetivos, aumentar o conjunto das representações e do saber geográfico, gerando assim conhecimentos estratégicos que possibilitassem a dilatação do espaço ou da projeção militar e econômica. Nesse raciocínio, também a aplicação estrita de um conceito de "fronteira natural" como núcleo do princípio da expansão e da consolidação do território da América portuguesa seria profundamente falha: a expansão mercantil e a circulação econômica própria da empresa colonial portuguesa constituíram um espaço próprio que muitas vezes ultrapassou a própria idéia da fronteira militar, oferecendo modelos próprios de dilatação/contração. A idéia da "fronteira natural" ou da construção de uma historicidade do espaço é ainda contrariada pela descontinuidade administrativa do espaço colonial e pela variação das escalas aplicadas a este pela metrópole, contrárias à proposta de uma idealização da unidade e centralidade da América portuguesa: a Amazônia, o Mato Grosso e o extremo Sul, por exemplo, constituíam espaços diferenciados para os quais convinham estratégias e iniciativas próprias.

Entretanto, se a idéia da "fronteira natural" era apenas esboçada na América portuguesa quando esta torna-se central para a questão dos limites brasileiros? Na verdade, o conceito de fronteira natural começa a ser interpretado com muito maior vigor no início do século XIX, quando começa-se a construir o espaço brasileiro sobre a idéia da herança de uma tradição portuguesa:

Assim, a idéia de um país moldado pela natureza, somada à fantasia da antigüidade e da contigüidade dos limites, seria operada apenas a partir de determinado momento do século XIX, arvorada na pretensa historicidade dos títulos de ocupação, que, consideradas as características discutidas anteriormente, eram, muitas vezes, apenas títulos do abandono ou da transitoriedade de um modelo que retratava a temporalidade e a descontinuidade do espaço na América portuguesa, na realidade em permanente mutação. Tome-se, por exemplo, a região de Guarajús, situadas em torno de antiga região aurífera, na margem esquerda do rio Guaporé, hoje território boliviano, e cuja inclusão no espaço brasileiro era defendida no final da década de 1840 por certos círculos militares e diplomáticos: já no final do século XVIII estas minas se encontravam esgotadas e abandonadas, estando bem além dos interesses e do esforço máximo possível da Metrópole se constituindo apenas numa coleção de ruínas. Ainda assim, essa proposição se consolidaria nas representações cartográficas feitas no Brasil durante algumas décadas, até ser expelida em razão dos interesses das variáveis externas da década de 1870.

A indeterminação do espaço seria ainda acentuada pela decadência do Estado português na América durante a última década do século XVIII e pelas incertezas na organização do Estado brasileiro após a Independência, especialmente após os reveses políticos e militares causados pela Guerra da Cisplatina e durante o período da Regência. Neste longo período, além disso, o conhecimento geográfico e a escrita cartográfica do território não acompanharam a transformação técnica e cultural acontecida na Europa, e o relativo conhecimento que fora antes detido pelos administradores coloniais não seria partilhado pelas elites letradas que constituíram o núcleo dirigente do novo país, parte por conta das características da administração e da política de segredo da antiga metrópole, parte pela desorganização administrativa que se seguiu a Independência, que negaram à cartografia nacional os seus poucos especialistas e dispersaram os arquivos, o que levou ao desconhecimento do espaço nacional e à incerteza em relação às iniciativas políticas.

A partir das décadas de 1840 e 1850, com as transformações políticas que permitiram a centralização, a consolidação do Estado e a constituição do poder administrativo, diversos esforços seriam dirigidos no sentido de explorar, recuperar o conhecimento cartográfico e mapear o território brasileiro, através da formação de cartógrafos e da organização de coleções de cartas e mapas. Os resultados dessas iniciativas serviriam tanto para facilitar os agentes do Estado e os proprietários de terras, quanto para coligar e divulgar através de representações cartográficas e geográficas uma visão do espaço nacional onde aquelas elites se reconheciam e se faziam reconhecer no interior de um conjunto espacial ordenado em torno do Estado centralizado no Rio de Janeiro.

Nessas representações se incluiriam, por exemplo, a produção de uma literatura didática destinada aos liceus e ao público em geral, a qual seria muitas vezes subvencionada pelo erário, e uma cartografia concorrencial àquela realizada por outros Estados, que se consubstanciaria nas Cartas Gerais e outros produtos. A construção daquelas representações estaria ligada às elites políticas através de diversos organismos e instituições, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de onde surgiriam diferentes representações que tanto competiriam quanto se influenciariam reciprocamente.

A cartografia se mostrou, portanto, inseparável do processo de centralização e construção do Estado, com o qual colaborou diretamente, por exemplo, no mapeamento e na organização de circunscrições territoriais e na delimitação de superposições judiciárias e administrativas subordinadas. Nesse processo, duas regiões se distinguiriam: uma primeira que seria mais privilegiada por participar diretamente dos interesses imobiliários e comerciais ou da produção agrícola-mercantil, e que correspondeu, com algumas exceções, aos maiores agrupamentos urbanos e às porções mais próximas ao litoral; e uma Segunda, que corresponderia às demais parcelas de território ocupadas e/ou reconhecidas durante o avanço colonial português. Esta divisão corresponderia aproximadamente aos binômios já esboçados por Ilmar R. de Mattos (Civilização x Barbárie, Litoral x Sertão),⁴ implicando em diferenciadas estratégias de representação cartográfica: a primeira região demandaria esforços que permitissem uma multiplicação da presença do Estado e, por conseguinte, possibilitassem o controle, a mensuração e a quantificação: mapas cadastrais e topográficos, planos de cidades, cartas provinciais, etc., enquanto que a segunda região seria representada preferencialmente em cartas regionais, cartas gerais e mapas hidrográficos. Estas preferências, que já haviam sido esboçadas durante o período colonial pela Metrópole, se consolidam a partir da centralização do Estado na década de 1840 e da perspectiva de uma visão central, que se constituiria da avaliação das antigas variações de escala aplicadas pela antiga metrópole ao espaço brasileiro somadas às restrições impostas ao novo Estado pelo condicionalismo geográfico e às variáveis do sistema internacional. Por exemplo, a navegação marítima à vela, praticamente o único meio de comunicação entre as regiões brasileiras até 1860, modificava a visão do espaço e das relações internacionais, deslocando estratégias, decisões e recursos.

Assim, para que a cartografia fosse um instrumento da organização e do estabelecimento da ordem, teriam de ser estabelecidos os princípios e as iniciativas da construção do espaço através das lutas de repre-

sentação no interior da elite política e da concorrência com outras idealizações do espaço. Nesse sentido, a constituição de uma visão do centro, se tornaria, paulatinamente, um reconhecimento e uma reconstrução da cosmologia da Metrópole, interpretando o espaço além do litoral segundo a ótica do colonizador / civilizador. Contudo, ao optar-se pelo refazer da tradição tornou-se também necessário redesenhar os antigos modelos e, portanto, construir um novo tempo e um novo espaço no interior de outros espaços e tempos.

A construção do Estado e da nacionalidade implicava também delimitar e criar um envoltório para esse Estado, sendo necessário para isto historicizar o pertencimento do território, do espaço e dentro deste, as suas escalas, o que significou, na maioria das vezes, tanto preencher o espaço do vazio, quanto gravar o mapa precedendo o território. Nesse sentido, em lugar de ser uma construção passiva, produto do conhecimento e da exploração, e assim, conceitual e temporalmente posterior ao território, a preexistência do mapa possibilitou nessa construção a afirmação do real, fazendo assim com que muitos debates sobre o Estado pudessem passar a abstrair-se do território, de suas necessidades e anseios, sendo conduzidos apenas nos termos dos mapas, uma vez que, estabelecidas suas normas de produção pelo Estado, tornaram-se a própria condição do discurso. Se tomaria emprestado aos mapas o seu suporte científico, o seu estatuto de verdade, tornando possível que importantes questões surgissem de alterações em suas linhas, uma única e ligeira alteração em seu desenho abrindo possibilidades para inúmeras outras.

Entretanto, para se construir o espaço foi também necessário descrevê-lo: as corografias interagiram com a cartografia no processo de constituição e organização do Estado, experimentando, entretanto, um desenvolvimento diferente daquele da cartografia brasileira. Enquanto que esta surgiria num contexto dinâmico de concorrência com a cartografia dos países europeus, as corografias sofreram em suas origens as restrições impostas pela metrópole portuguesa à circulação de informações e de pessoas, consolidando-se gradualmente após a Independência, para transformarem-se, posteriormente, num instrumento pedagógico do Estado.

As corografias participam de um gênero que deve sua origem a definição e a interpretação ptolemaica da Geografia. Nesta, basicamente se enfatizava a necessidade da visão e a importância da imagem e do pictórico, sendo a Pintura a sua alegoria mais perfeita. Esta narrativa se estabeleceria ainda durante o Renascimento como influência determinante sobre a representação gráfica do espaço,⁵ fazendo assim, com que o gênero corográfico se desenvolvesse paulatinamente enquanto uma perspectiva pictórica particular de um território, e mesmo se confundindo com a cartografia. Com o incremento das viagens transoceânicas e com o

colonialismo, a partir do século XVI as descrições geográficas passariam a ter fins utilitaristas e apoio oficial, proporcionando às metrópoles a descrição, a delimitação e a identificação do território. Assim, o século XIX encontraria no Brasil uma pequena tradição corográfica participante dessas mesmas características e que na década de 1850 se tornou característica pelo surgimento de um novo modelo que teve, muitas vezes, sua produção e divulgação financiada pelo Estado. Esta nova corografia se constituiu num material ordenatório e normativo que visou mais subordinar que informar e onde as partes e regiões foram designadas não mais pela sua individualidade, mas pelo seu pertencimento a uma unidade histórica e territorial: a nação passou a ser reconhecida em sua descrição física e em relação às suas divisões políticas, que compunham parcelas de uma unidade administrativa, eclesiástica e judiciária. O processo se repete em relação às Províncias sempre se salientando sua participação e relação com as instituições nacionais. Estas corografias conviverão ainda com as narrativas do velho estilo até se tornarem predominantes na década de 1880, quando se intensifica a sua adoção enquanto material didático nos liceus e no Colégio Pedro II. Mesmo as antigas corografias se transformariam lentamente de uma narrativa descritiva e pictórica em uma exposição sistemática e mnemônica: a idéia da ordem se introduziria nessa forma geográfica até reduzi-la a um rol de listagens.

Portanto, as corografias passaram a construir a prevalência da ordem e do central sobre o local e o regional; a imagem da civilização é projetada sobre o vazio, sobre o desconhecido, em suma, sobre o caos. A região desprivilegiada pela cartografia era também um espaço a ser preenchido pela imaginação do explorador e do cartógrafo: o que nada contém era transformado no desocupado, no despovoado, no desabitado, ou seja, no não-reconhecido. Era um espaço a ser esgotado e despido de suas características e habitantes para depois ser recriado segundo uma racionalidade já preexistente.

Entretanto, o vazio ainda poderia ser diferenciado: ao lado do inexplorado havia um território semi-conhecido, na realidade, um vazio intermitente. Esta era a área que houvera sido mapeada, explorada, ou ainda, colonizada pela Metrópole mas que, por conta das características de seus limites, fora depois deixada de lado: era o espaço da incerteza e do lapso. Através da cartografia brasileira, pela insistência na gravação recorrente do abandono, se procurou projetar sobre estes vazios a idéia de pertencimento, onde a imagem das obras, ainda que em ruínas, de uma civilização que ali fincara raízes, ligariam idealmente o presente à uma tradição do qual não deveria ser desligado. Mais do que nos espaços vazios, onde as florestas e os descampados sugeriam o caos que deveria ser corrigido pela ordem e civilização, as ruínas e o abandono sugeririam a permanência de um espírito que não poderia ser traído:

[Abandonado em 1777] com as vistas políticas, que em outros tempos moveram a aproximar ao Paraná, e a levantar para isso o Presídio dos Prazeres sobre o Iguatemi, o qual, por mal dirigido e sustentado, reduziu-se a vasto cemitério dos leais, que ingloriosos ali sacrificaram as vidas, e muitos a reputação.⁶

Entretanto, em contrapartida à estagnação da cartografia em Portugal e no Brasil durante os séculos XVIII e XIX, na Europa e nos Estados Unidos houve uma enorme expansão e desenvolvimento dos processos gráficos e cartográficos, cuja principal característica foi a sua capacidade de divulgação, por conta da necessidade de se demarcar e projetar as diferentes percepções particulares de espaço. Em conseqüência, surgiram naqueles países múltiplas representações cartográficas do espaço brasileiro, que espelhavam as diferentes percepções acerca do poder do Estado brasileiro e a flutuação e alteração do saber geográfico.

Os atlas foram um dos locais estratégicos dessas leituras, uma vez que estes se popularizaram durante o decorrer do século XIX através do incentivo dos Estados e da progressão das técnicas de impressão, atingindo assim, tiragens cada vez maiores e edições mais freqüentes para atender às demandas crescentes pela divulgação e propagação do saber geográfico. Nesse contexto, a propagação das percepções de espaço era realizada num contexto que mesclava tanto a política externa como a interna, e onde a técnica e o mercado apresentavam a peculiaridade de exigir uma constante renovação do conhecimento e dos produtos. Portanto, os Atlas se consubstanciariam como as metáforas pictóricas dos interesses nacionais por atenderem a uma dupla especificidade, verificável pelo método: em primeiro lugar, os interesses de um mercado ávido e consumidor, ao qual se adequaram a coleção, organização e perpetuação do conhecimento geográfico; em segundo lugar, a divulgação e a afirmação dos espaços nacionais no qual se inseriam os propósitos da construção de identidades e imaginários nacionais.

Os atlas europeus e americanos foram distribuídos nas principais cidades sul-americanas, e se constituíram, muitas vezes, nas únicas fontes de informação sobre parte do território desses mesmos países. Por exemplo, o Brasil teve de utilizar o Atlas da Venezuela produzido por Coddazzi para que fosse assinado o Tratado de Limites de 1859 com a Venezuela, apressado em razão da necessidade, desde 1842, de se fazer frente comum contra às ambições inglesas.

Em razão da existência dessa produção cartográfica concorrencial, o mapeamento do território necessitou assumir também a função de avatar do espaço nacional, função que seria exercida por excelência pelas Cartas Gerais. Construir física e conceitualmente o Estado, era a função principal das Cartas Gerais: inscrever o Estado e encerrá-lo em um recipiente reconhecido no qual

ficasse bastante clara a idéia ficcional da unidade. Para este fim, se tomou necessário expelir do território as divergências, extirpando deste outros povos; construir sobre o vazio significava ainda banir o mistério e conquistar a terra pela racionalização, apontar a civilização e mostrar-lhe o caminho, gravando suas conquistas no espaço.

Portanto, a construção do território nacional através de uma História das Fronteiras inserida na História Pátria foi decorrente do processo de centralização do Estado e da decorrente definição de Nação e nacionalidade, um processo no qual também se fez necessário definir hierarquias e prioridades, substituindo-se regiões e localidades por um espaço nacional onde as idéias de continuidade e unidade exerceram um papel central e condutor.

Abstract

The centralization of the Brazilian State made in the nineteenth century defined the history of its frontiers and this process was developed by privileging the center of the Nation in detriment of its regions.

Key words: Historiography, Brazilian History, Cartography

Notas

- ¹ Espaço e território serão conceituados diferentemente em relação a este estudo: enquanto o espaço será definido como uma projeção idealizada de uma determinada entidade, o território será entendido como a materialização deste espaço.
- ² Relatório da Comissão Demarcadora da Fronteira Norte ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1884.
- ³ AHI (16/10/1843). Instruções de Paulino José Soares de Souza a José Antônio Pimenta Bueno.
- ⁴ Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*, 4ª edição. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999, pp. 150-151.
- ⁵ Nuti, Lucia. *Mapping places: Chorography and vision in the Renaissance*. In Denis Cosgrove, *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999, pp. 90-108.
- ⁶ Atas do IHGB (19/01/1843) São Leopoldo, Visconde de. Resposta às breves anotações que a memória do Visconde de S. Leopoldo sobre os limites do Brasil fez o Sr. Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá.